

VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS I

EDITH MARIA BARBOSA RAMOS

JOSÉ RICARDO CAETANO COSTA

ROGERIO LUIZ NERY DA SILVA

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcílio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

D597

Direitos sociais e políticas públicas I [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Edith Maria Barbosa Ramos; José Ricardo Caetano Costa; Rogerio Luiz Nery Da Silva – Florianópolis: CONPEDI, 2024.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-897-4

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: A pesquisa jurídica na perspectiva da transdisciplinaridade

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direitos sociais. 3. Políticas públicas. VII Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2024 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS I

Apresentação

Os artigos publicados foram apresentados no Grupo de Trabalho Direitos Sociais e Políticas Públicas I, durante o VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI, realizado entre os dias 24 a 28 de junho de 2024, em parceria com a Faculdade de Direito de Franca e Universidade UNIGRARIO, e com o apoio da Facultad de Derecho da Universidad de la República Uruguay e IJP – Portucalense Institute – For Legal Research.

Os trabalhos apresentados abriram caminho para importantes discussões relacionadas aos campos temáticos do GT, em que os participantes (professores, pós-graduandos, agentes públicos e profissionais da área jurídica) puderam interagir em torno de questões teóricas e práticas, levando-se em consideração o momento político, social e econômico vivido pela sociedade brasileira, em torno da temática central do evento – A pesquisa jurídica na perspectiva da transdisciplinaridade. Referida temática apresenta os desafios que as diversas linhas de pesquisa jurídica terão que enfrentar, bem como as abordagens tratadas em importante congresso, possibilitando o aprendizado consistente dos setores sociais e das políticas públicas.

Na presente coletânea encontram-se os resultados de pesquisas desenvolvidas em diversos Programas de Mestrado e Doutorado do Brasil, tendo sido apresentados, no GT – Direitos Sociais e Políticas Públicas I, 22 (vinte e dois) artigos de boa qualidade, selecionados por meio de avaliação cega por pares. Os trabalhos ora publicados foram divididos em três eixos temáticos: Políticas Públicas e Direito à Saúde; Políticas Públicas, Cultura e Educação e Políticas Públicas e Direitos Sociais.

O primeiro eixo –Políticas Públicas e Direito à Saúde aglutinou 9 (nove) artigos, quais sejam: “A metafísica da ética da alteridade como responsabilidade social: uma análise do transtorno do espectro autista (TEA) e as políticas públicas de saúde no estado de Rondônia; Alimentação saudável e tributação para estimular intervenções públicas no brasil. uma abordagem sob o viés da imaginação sociológica de Wright Mills; Alimentos ultraprocessados: os desafios para a regulação, disponibilidade e promoção à saúde alimentar da população brasileira; Análise do Sistema Hórus: política pública para assistência farmacêutica de fornecimento de medicamentos implementada pela defensoria pública do estado do rio de janeiro; O sofrimento das pessoas com doenças crônicas silenciosas: um olhar através das políticas públicas; Direito humano à saúde, gênero e direito fraterno: uma

análise da saúde mental das mulheres migrantes por intermédio do filme “as nadadoras”; Ausência de políticas públicas de saúde para encarceradas: análise feminista acerca do hiv/aids em presídios femininos sob perspectiva de Silvia Federici; Violência obstétrica em mulheres negras brasileiras: uma análise sobre a judicialização das políticas públicas e Desvelando a complexidade da violência obstétrica: perspectivas de gênero, direitos humanos e políticas públicas para mulheres negras no Brasil.

O segundo eixo conjugou 5 (cinco) artigos em torno da temática central dos Políticas Públicas, Direito à Cultura e Direito à Educação, são eles: Direito social à educação e políticas públicas com ênfase na inclusão de crianças e adolescentes com deficiência; Vidas precárias, exclusão social e a interdependência entre saúde e educação nas políticas públicas para pessoas com deficiência no ensino superior: uma análise a partir da ética da alteridade; As usinas da paz e o projeto de pacificação social por meio do direito à cultura; Educação informal como instrumento para a redução de contaminantes fármacos: uma aspiração para combate à automedicação e A expansão das liberdades e capacidades humanas: a superação do critério de utilidade para um desenvolvimento com ética no campo das políticas públicas.

O terceiro eixo girou em torno da temática do Direitos Sociais e Políticas Públicas que agregou 8 (oito) artigos – Direitos sociais: reflexões sobre a relação entre o instituto dos alimentos e pessoa idosa; Direito social à segurança pública no contexto da tutela coletiva: um estudo da resolução CNMP n.º 278/2023; O papel dos tribunais de contas no cumprimento do ODS 1 - erradicação da pobreza; Pessoas em situação de rua e pessoas em errância: estudo comparativo entre o projeto de lei 5740/2016, a agenda 2030 e a carta brasileira para cidades inteligentes; Gestão participativa dos recursos hídricos: possibilidades de visibilização dos rios urbanos e de sua importância; Adaptabilidade litorânea: o complexo estuarino lagunar de Iguape e Cananéia, gerenciamento costeiro e as mudanças climáticas; O federalismo brasileiro e a proteção dos direitos culturais: o caso do carnaval das águas de Cameté –PA e O poder judiciário no ciclo das políticas públicas e o respeito à separação dos poderes da união.

O próprio volume de trabalhos apresentados demonstra a importância dos Direitos Sociais e de sua articulação com as Políticas Públicas, bem como da relevância da pesquisa e do estudo sobre estratégias de enfrentamento das desigualdades e das vulnerabilidades sociais e econômicas. As temáticas apresentadas são fundamentais para consolidação do paradigma do Estado democrático de direito, no sentido de conciliar as tensões entre os direitos sociais, as vulnerabilidades econômicas e as aceleradas modificações da sociedade contemporânea.

Agradecemos a todos os pesquisadores da presente obra pela sua inestimável colaboração e desejamos a todos ótima e proveitosa leitura!

Profa. Dra. Edith Maria Barbosa Ramos

Prof. Dr. José Ricardo Caetano Costa

Prof. Dr. Rogerio Luiz Nery da Silva

GESTÃO PARTICIPATIVA DOS RECURSOS HÍDRICOS: POSSIBILIDADES DE VISIBILIZAÇÃO DOS RIOS URBANOS E DE SUA IMPORTÂNCIA

PARTICIPATORY MANAGEMENT OF WATER RESOURCES: POSSIBILITIES FOR VISUALIZING URBAN RIVERS AND THEIR IMPORTANCE

Paulo Vitor Mendes De Oliveira ¹
Michelle Labarrere de Souza ²

Resumo

Desde a Antiguidade, as diversas civilizações desenvolveram-se ao redor dos rios, formando uma rede complexa de interações entre o ambiente físico e social. Contudo, na modernidade, os rios deixaram de ser fontes de vida para tornarem-se problemas urbanos. Dessa maneira, as cidades modernas surgem ancoradas em uma racionalidade técnica e sanitária voltada para o controle dos cursos d'água urbanos. Assim, com base na pesquisa bibliográfica, utilizando-se do método hipotético-dedutivo, investigou-se o processo de invisibilização dos rios urbanos. Em Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, observa-se a reprodução desse modelo, que consiste na retificação e canalização de córregos e ribeirões, resultando em sérios problemas socioeconômicos e ambientais em diversas regiões da cidade, como as enchentes. A percepção do rio como um indicador da qualidade de vida fundamenta as ações do Projeto Manuelzão, uma iniciativa da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais. Essa visão permite movimentos emergentes para visibilização e proteção dos cursos d'água urbanos, envolvendo diversos atores sociais e instituições.

Palavras-chave: Direito ambiental, Gestão participativa, Invisibilidade hídrica, Recursos hídricos, Rios urbanos

Abstract/Resumen/Résumé

Since Antiquity, various civilizations have developed around rivers, forming a complex network of interactions between the physical and social environment. However, in modernity, rivers have ceased to be sources of life and have become urban problems. Thus, modern cities emerge anchored in a technical and sanitary rationality aimed at controlling urban watercourses. Based on bibliographic research, using the hypothetico-deductive method, the process of urban river invisibilization was investigated. In Belo Horizonte, the capital of the state of Minas Gerais, the reproduction of this model is observed, which consists of straightening and channeling streams and creeks, resulting in serious socioeconomic and environmental problems in various regions of the city, such as floods.

¹ Mestrando em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela Escola Superior Dom Helder Câmara (ESDHC). Professor pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

² Mestranda em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela Escola Superior Dom Helder Câmara (ESDHC). Professora pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

The perception of the river as an indicator of quality of life underlies the actions of the Manuelzão Project, an initiative of the Faculty of Medicine of Universidade Federal de Minas Gerais. This vision allows for emerging movements for the visibility and protection of urban watercourses, involving various social actors and institutions.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Environmental law, Participative management, Water invisibility, Water resources, Urban rivers

INTRODUÇÃO

Nos últimos dois séculos, devido a industrialização, intensificaram-se as alterações ao meio ambiente provocadas pelas atividades humanas. Esses impactos, em termos de velocidade e intensidade, atingiram níveis alarmantes, colocando em risco não só o equilíbrio dos ecossistemas, mas também a sobrevivência da humanidade na Terra. É necessário, portanto, desenvolver novas abordagens para pensar e agir, levando em consideração a sustentabilidade da vida em suas múltiplas dimensões.

A água é um elemento fundamental para as sociedades, transcende sua importância biológica, influenciando também aspectos culturais, religiosos e agrícolas ao longo da história humana. Além de sustentar a vida, a água carrega simbolismos profundos, envolvendo mitologias e significados que buscam explicar mistérios universais, como a origem da vida, a fertilidade e os ciclos naturais, conectando planos terrenos e divinos por meio de rituais e simbolismos.

Desde a Antiguidade, as diversas civilizações se desenvolveram ao redor dos rios, formando uma rede complexa de interações entre o ambiente físico e social. Contudo, na modernidade, os rios deixaram de ser fontes de vida para se tornarem problemas urbanos. Nas cidades construídas sob a égide da razão, os cursos d'água foram invisibilizados da paisagem por meio de intervenções técnicas, como canalizações, retificações dos leitos e aterramentos. Eles foram poluídos e negligenciados, gerando problemas, especialmente, nas grandes metrópoles.

Os rios urbanos, hoje em dia dominados pelos esforços de controle da ciência moderna em relação à natureza, mostram as contradições enraizadas na sociedade. A Bacia Hidrográfica do Alto Rio das Velhas é um exemplo da crise ecológica. Suas águas são cruciais para a segurança hídrica da Região Metropolitana de Belo Horizonte, pois abastecem a metrópole mineira. Portanto, a atual degradação ambiental do rio está prestes a comprometer o fornecimento de água na região, intensificando essa crise, o que justifica o problema aqui delimitado.

Por que as cidades subjagam seus rios? Por que proteger os cursos d'água urbanos? Como motivar os cidadãos a agir coletivamente em prol dos rios? Para responder o problema apresenta-se uma hipótese: a gestão participativa dos recursos hídricos, envolvendo a comunidade local e seus saberes, possibilitam a visibilização dos rios urbanos e de sua importância para a sustentabilidade da cidade e de seus habitantes.

Sob o ponto de vista metodológico, o estudo se baseia em revisão bibliográfica e

documental. Utilizou-se o método hipotético-dedutivo, com objetivo descritivo explicativo, para, partindo das premissas do desenvolvimento das cidades modernas, analisar o processo de invisibilização dos rios urbanos em Belo Horizonte. Posteriormente analisou-se as ações do Projeto Manuelzão, que promovem a luta para manutenção dos rios vivos e visíveis na capital mineira como indicador de qualidade de vida, agregando instituições e diversos setores sociais.

1 OS RIOS INVISÍVEIS NAS CIDADES DA RAZÃO

A invisibilização dos rios urbanos é um fenômeno que tem raízes nos modelos cartesiano e positivista da ciência moderna. Esses modelos valorizam a análise fragmentada dos elementos da natureza e contribuíram para a desconexão entre os habitantes das cidades e os corpos hídricos que as atravessam. Dessa maneira, os rios urbanos tem sido frequentemente abandonados em favor do desenvolvimento urbano, resultando em impactos significativos no meio ambiente e na qualidade de vida das populações locais.

O paradigma cartesiano promoveu a ideia de que os rios são recursos naturais a serem explorados para atender às necessidades humanas, sem considerar sua importância intrínseca para a sustentabilidade das cidades. A canalização, poluição, aterramento e, portanto, a invisibilização dos rios tornaram-se práticas regulares no ambiente urbano, refletindo a visão hegemônica de que a natureza é uma entidade separada e passível de controle humano (Wstane, 2013).

Segundo Fritjof Capra (2006), o modo de vida contemporâneo é resultado de uma série de fatores que obedecem a lógicas sistemáticas e estruturais, e não apenas resultado de processos históricos isolados. Para o autor, os pensadores da ciência moderna, durante a revolução científica nos séculos XVI e XVII, introduziram uma lógica baseada na razão como principal instrumento de reflexão. Essa racionalidade substituiu a concepção orgânica da natureza pela concepção do mundo-máquina.

[...] o mundo é visto como uma engrenagem, composto de parte separáveis sobrepostas sobre outras, sem absolutamente se envolverem em um todo contínuo. O relacionamento entre pessoas e instituições, e destas com a natureza, foi assim erguido priorizando-se relações de dominação, no entendimento de que tal forma de se pautar no mundo pudesse garantir a supremacia da cultura ocidental moderna sobre outras culturas. Esta percepção racional, com intuito de dominar o meio ambiente e outras culturas, sempre consideradas “primitivas” e “selvagens” – e que por isso deveriam ser adestradas ou tornadas invisíveis – impôs-se como única forma de pensamento (Wstane, 2013, p. 26).

Seguindo essa linha, Boaventura de Sousa Santos (2008) identifica que o pensamento

ocidental hegemônico distingue sujeito e natureza, incentivando a competição em detrimento da cooperação ao promover valores capitalistas que enfatizam a acumulação ilimitada de riquezas materiais. Assim, a hegemonia do capital prevalece sobre qualquer cultura e conhecimento, impondo limites de organização e restringindo a compreensão do mundo a leis simplistas de causa e efeito.

Essa racionalidade científica moderna, ainda conservadora e inflexível até os dias atuais, manifesta-se em práticas sociais discriminatórias e apropriações autoritárias do espaço, perpetuando relações de poder desiguais e uma separação entre teoria e prática (Hissa, 2007). O conhecimento científico, dessa forma, esvazia-se de mundo, como se a ciência se erguesse contra o chão da vida cotidiana.

Esse pensamento conservador, como indica Carla Wstane (2013), que separa sujeito e mundo, sociedade e natureza, fragmenta também o espaço, transformando-o em espaços de poder ao criar limites e fronteiras. Logo a estrutura urbana consolida-se como ambiente segmentado e marcado por relações de dominação.

A relação que se estabeleceu entre a construção das cidades e a natureza reflete, então, a visão cartesiana fragmentada, fruto do parcelamento da realidade, usada nas instâncias da produção do espaço e do conhecimento, manifestando-se em relações de segregação socioespacial e exploração indiscriminada da natureza, considerada apenas como recurso (Wstane, 2013).

Destaca-se que os rios e suas bacias hidrográficas desempenham um importante papel na formação das cidades e na sustentação das sociedades modernas. Contudo, esses cursos d'água foram e ainda são demasiadamente explorados, degradados e invisibilizados há séculos devido as intervenções sociais modernas. Portanto, é essencial reconhecer sua importância além do valor econômico, “pois [os rios] pulsam em sua biodiversidade, demarcam territórios, indicam qualidade de vida, formam culturas, valores, hábitos e costumes, e podem possibilitar saúde e cidadania (Wstane, 2013, p. 30).

A importância dos rios para a sustentabilidade das cidades é inegável. Esses corpos d'água desempenham papéis vitais no equilíbrio ecológico do ambiente urbano, regulando o clima local, fornecendo habitats para a biota (fauna, flora e funga) e contribuindo para a qualidade do ar e da água. Além disso, os rios urbanos tem potencial para oferecer espaços de lazer, recreação e ensino-aprendizagem para os habitantes da cidade (Andrade; Romero, 2005). Ao invisibilizar os rios, as cidades comprometem sua própria resiliência e capacidade de mitigar e se adaptar às mudanças climáticas.

A cidade representa a expressão máxima dos valores de uma sociedade, carregando

consigo uma herança histórica, com pontos de resistência e estímulos para mudanças. Sugere-se agora considerar a interação entre a cidade moderna e os rios no contexto do saneamento e do controle das águas pluviais.

1.1 Gestão dos Recursos Hídricos nas cidades modernas

Hodiernamente, o imaginário coletivo enxerga os rios urbanos, em geral, como uma calha sanitária encaixada em um vale, onde as rodovias predominam sobre o sistema hídrico. Ou ainda tem a ideia dos canais retificados e concretados, por onde passa uma água turva e com mal odor. Alguns se lembrarão das épocas de cheias e inundações, de desmoronamento de morros e perdas humanas. Assim, para pensar os rios urbanos, faz-se necessário o entendimento do abastecimento de água, esgotamento sanitário e o escoamento das águas da chuva.

Os processos de saneamento básico implementaram-se, como serviços de utilidade pública, a partir do século XIX. Isso se deu, segundo Marcelo Coutinho Vargas (1999), com a intenção de, a partir de uma lógica científica, sanear os espaços urbanos que apresentavam-se inviáveis para a saúde pública com o adensamento demográfico e urbano das cidades.

O avanço da indústria impulsionou o inchaço das áreas urbanas, gerando a necessidade de implementar estruturas técnicas coletivas para o fornecimento regular de grande volumes de água potável e a evacuação das águas servidas. Essas iniciativas visavam inicialmente suprir as demandas de abastecimento de água das indústrias. A partir desse ponto, somente, expandiram-se gradualmente para atender às exigências da população urbana por meio da instalação de bicas e chafarizes públicos em áreas centrais e bairros populares (Vargas, 1999).

Assim, o imperativo de estabelecer uma infraestrutura para atender às demandas das indústrias, uma necessidade capitalista, moldou uma das principais características das cidades modernas: soluções técnicas adaptadas para o abastecimento de água em qualquer lugar, independentemente das características topográficas ou da disponibilidade local de mananciais; e a criação de uma intrincada rede de canais de distribuição invadindo os espaços e as residências urbanas (Wstane, 2013).

Essa forma de intervenção no espaço é identificada por Vargas (1999) como exploração extensiva dos recursos hídricos, caracterizada por sistemas de captação, condução, reservatórios e redes de distribuição amplamente ramificadas e baseia-se em práticas técnicas e em paradigmas econômicos e culturais provenientes do pensamento ocidental.

Consequentemente ao desenvolvimento do abastecimento domiciliar, houve o aumento significativo do consumo doméstico, sem que fosse encontrado antes os meios para evacuação da água. Vejam:

As águas utilizadas eram despejadas diretamente nas ruas sem calçamento ou por meio de canalizações a céu aberto que passavam no centro das ruas pavimentadas de Londres ou Paris. As “águas negras” (contendo excrementos humanos), por sua vez, eram coletadas em fossas e tonéis espalhados nos porões dos prédios e casas. [...] Porém, com o desenvolvimento progressivo do abastecimento de água em domicílio [...] o nível de consumo de água aumentou drasticamente, tornando frequentes os transbordamentos das fossas [...] (Vargas, 1999, p. 120).

Essas condições adversas resultaram em efeitos prejudiciais para a saúde da população. A inexistência de um sistema eficiente de coleta e descarte do lixo e esgoto desencadeou surtos de cólera nas principais cidades europeias e estadunidenses. A concentração demográfica foi apontada como a principal causa dos problemas urbanos. Como resposta a esse contexto insalubre, surge o movimento higienista ou sanitaria, que teve um desenvolvimento notável na Inglaterra ao longo das décadas de 1840 e 1850 (Wstane, 2013).

Os higienistas, ignorando os avanços da microbiologia relacionados à propagação de doenças, descobertos por Pasteur e Koch em 1857 e 1870, rejeitavam a ideia de que os doentes eram os principais vetores das doenças. Eles acreditavam que a principal fonte de transmissão de doenças era a acumulação de resíduos e vazamentos de fossas, cujos efluentes misturavam-se com as águas residuais domésticas e águas das chuvas, criando poças estagnadas e fétidas nas ruas e espaços públicos urbanos, emitindo vapores contaminantes no ar (Vargas, 1999).

Essa perspectiva centrada em uma única forma de pensar, desconsiderando visões mais abrangentes desenvolvidas a partir de abordagens científicas integradas, tornou-se uma das marcas da engenharia sanitária. Na tentativa de afastar os resíduos dos centros urbanos e mitigar o mau cheiro das grandes cidades, essa visão se impôs hegemonicamente até os dias atuais, canalizando rios, reutilizando seus leitos e continuamente negligenciando a totalidade das bacias hidrográficas preexistentes no ambiente (Wstane, 2013).

A preocupação com a descontaminação dos corpos d'água e a necessidade de tratamento dos efluentes domésticos e industriais, conforme Wstane (2013), começou a ser considerada na maioria dos países desenvolvidos somente a partir do final da década de 1960, influenciada pelo movimento ambientalista internacional.

Por isso é importante compreender a relação entre o desenvolvimento das cidades e o saneamento ambiental. A urbanização e os corpos d'água nesse contexto resultaram, acima de tudo, em alterações profundas no ciclo hidrológico, intensificada pelo uso das técnicas. Isso se

deve, em grande parte, à transformação da superfície, à canalização do escoamento e à considerável quantidade de resíduos sólidos descartados pela população (Wstane, 2013).

A lacuna entre os serviços de fornecimento de água, esgoto e controle da poluição se resumem uma lógica tecnossanitária, enfatizando a disponibilidade abundante de água domiciliar a baixo custo, enquanto relega a qualidade da água em segundo plano. Esses problemas são mais acentuados nos países subdesenvolvidos, como o Brasil, onde, mesmo no século XXI, a população continua a sofrer com a falta de saneamento básico (Wstane, 2013).

Em suma, foi com o surgimento das cidades modernas que a racionalidade técnica começa a configurar os espaços urbanos. A partir de então, ela adota uma estrutura industrial e científica, em que a técnica e o controle dos ambientes naturais emergem como o paradigma de sustentação da transformação desse espaço em um espaço urbano.

Refletindo esse projeto de racionalidade generalizada, a cidade de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, materializou-se sob a égide de cidade da razão e reproduz essa relação de dominação, degradação e invisibilização dos seus rios.

2 INVISIBILIDADE HÍDRICA EM BELO HORIZONTE

A construção de Belo Horizonte para ser a capital de Minas Gerais simboliza o novo arranjo político e econômico do estado no final do século XIX, marcado pela decadência do ciclo do ouro e a emergência da economia cafeeira, leiteira e industrial. A cidade foi concebida “de acordo com as propostas modernas de seu tempo e que se refletem no traçado de suas ruas e na organização territorial de uma cidade planejada sob a égide da racionalidade humana” (Lemos; Magalhães Junior, 2019, p. 192).

O antigo arraial do Curral Del Rei, situado às margens do rio das Velhas, foi selecionado como o local para estabelecer a Nova Capital. A seleção foi fundamentada, em grande parte, no relatório elaborado por Aarão Reis, reconhecido como um marco no conhecimento regional (Wstane, 2013). Esse documento abordava detalhadamente questões como as condições de saúde pública, características do solo e subsolo, topografia, padrões climáticos, abastecimento de água, saneamento básico, viabilidade das vias de comunicação, disponibilidade de recursos para construção e potencial agrícola da região (Fundação João Pinheiro, 1997).

De acordo com esse estudo, concebido sob a égide da racionalidade científica, o lugar escolhido deveria ter condições perfeitas de salubridade, como abundância de água e facilidades para o esgotamento sanitário, nos moldes do movimento sanitário europeu, que no Brasil também vinha adotando técnicas e congregando

saberes médicos para o controle sanitário urbano. A implantação de novos empreendimentos, assim como as cidades planejadas, deveria adotar as normas de higiene, tendo como uma de suas principais orientações o princípio da geração de um espaço salutar, de uma cidade “saudável”, preocupações próprias do movimento sanitarista da segunda metade do século XIX (Wstane, 2013, p. 65).

Todavia, Marcelo Coutinho Vargas (1999) aponta os empecilhos para a implementação dessa política de expansão das redes de água e esgoto. Havia resistência da população em pagar as taxas de ligação e serviço. A precariedade do tratamento dos esgotos também é atribuída, segundo o referido autor, aos elevados custos de investimentos, pela falta de articulação entre os municípios e a histórica falta de prioridade no saneamento por parte dos gestores públicos.

Atualmente, os métodos ditos racionais de saneamento e controle de águas pluviais continuam sendo aplicados nos projetos de intervenção em vales urbanos. A prática predominante consiste na canalização de cursos d'água em estruturas de concreto, utilizando canais fechados flanqueados por dutos de esgoto, criando espaço para o tráfego de veículos. Essas intervenções transformam drasticamente a paisagem, afastando-se de uma solução que poderia se integrar de forma mais natural ao ambiente. Dessa maneira, essa abordagem completamente artificial causa a total descaracterização da estrutura física dos cursos d'água, modificando sua configuração e removendo a mata ciliar (Wstane, 2013).

Além disso, as técnicas convencionais de intervenção nos rios urbanos resultam no aumento da velocidade da água e na formação de picos de cheias, gerando graves problemas de inundação. Torna-se claro que a visão higienista apresenta limitações significativas, tornando essencial a adoção de novas estratégias de planejamento e gestão capazes de propor soluções para os desafios decorrentes da exploração excessiva dos recursos hídricos, buscando maior integração com o meio ambiente e formas mais equilibradas de lidar com as intervenções urbanas (Cardoso, 2008).

Em meio à paisagem urbana, os rios que cortam Belo Horizonte muitas vezes são negligenciados, esquecidos ou até mesmo vistos como obstáculos para o progresso urbano. Os ribeirões, córregos e afluentes que deveriam ser fontes de vida e beleza natural são frequentemente ignorados, escondidos por trás de construções, poluição e descaso (Borsagli, 2016).

A poluição dos rios é um dos principais sintomas dessa invisibilidade. Efluentes industriais, esgoto doméstico e resíduos sólidos contaminam esses corpos d'água, prejudicando não apenas a fauna e a flora aquáticas, mas também afetando diretamente a qualidade da água que abastece a cidade. A falta de políticas eficazes de saneamento e

preservação ambiental contribui para a degradação contínua desses ecossistemas hídricos (Borsagli, 2016; Lemos, 2018).

Nesse sentido, Carla Wstane (2013, p. 40) identifica os efeitos negativos da urbanização no uso da água, gerando problemas, como: impermeabilização do solo; queda no nível de recarga dos lençóis, aumento da vazão instantânea dos corpos d'água; aumento do número e da frequência das inundações; destruição da biocenose por asfixia; destruição da paisagem; eutrofização e diminuição da biodiversidade aquática.

Lemos e Magalhães Junior (2019) ressaltam a importância dos corpos d'água da Bacia Hidrográfica do Alto Rio das Velhas para a segurança hídrica e sustentabilidade da capital mineira. O rio das Velhas, a partir da captação de Bela Fama, é responsável pelo abastecimento de água para aproximadamente 1,8 milhão de pessoas na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Logo, a atual situação de degradação ambiental do rio “pode comprometer o abastecimento público da RMBH e a qualidade ambiental do Rio das Velhas” (Lemos; Magalhães Júnior, 2019, p. 184).

Nesse cenário, ao ignorar a capacidade natural de suporte da bacia hidrográfica, compromete-se o potencial ambiental desse manancial de água para a cidade, acarretando danos à qualidade e quantidade de água. Esses impactos têm efeitos na dinâmica fluvial, limitando os usos variados e frustrando várias orientações da Política Nacional de Recursos Hídricos, estabelecida na Lei nº 9.433/1997 (Brasil, 1997).

Além das consequências econômicas, como o aumento dos gastos no tratamento da água e a busca por novas fontes de abastecimento, é crucial considerar os sérios impactos ambientais e ecológicos. A preservação de um rio saudável e sua mata ciliar, conforme destacado por Andrade e Romero (2005), têm a capacidade de regular o microclima em áreas urbanas e fontes de água, influenciando diretamente no bem-estar humano. Também desempenham um papel ecológico vital na manutenção da estabilidade geológica, preservação das espécies nativas e na sustentação das cadeias alimentares, que envolvem uma vasta rede de interações entre os seres vivos, formando importantes corredores ecológicos.

Impõe-se, nesse sentido, repensar o papel dos rios urbanos. Para tanto, faz-se necessário adotar abordagens mais holísticas e integrativas em relação à gestão urbana e dos recursos hídricos. Isso envolve reconhecer a interdependência entre os sistemas naturais e urbanos, assim como promover práticas de desenvolvimento sustentável que priorizem a preservação e reabilitação dos rios, incentivar a participação da comunidade local e integrar a Educação Ambiental nas políticas públicas urbanas como passos para reverter a invisibilização dos rios urbanos.

No Brasil, diversas iniciativas também estão sendo desenvolvidas nessa linha. Um exemplo notável na cidade de Belo Horizonte é o Projeto Manuelzão. Originado na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), esse projeto engloba pesquisa, ensino e atividades de extensão, com o propósito de criar estratégias que mobilizem esforços políticos, sociais e econômicos. O objetivo central é promover uma mudança de lógica na relação entre a comunidade e a bacia do rio das Velhas, a qual abrange total ou parcialmente 51 municípios no estado de Minas Gerais (Wstane, 2013). Este projeto serve como um modelo significativo de esforços integrados visando a preservação e conscientização em relação aos recursos hídricos, delineando um caminho para a gestão sustentável desses ambientes.

3 GESTÃO PARTICIPATIVA COMO POSSIBILIDADE DE VISIBILIZAÇÃO DOS RIOS URBANOS E DE SUA IMPORTÂNCIA

A democracia no Brasil tem sido um campo fértil para a introdução de mudanças inovadoras, o que a colocou numa posição de destaque no panorama do desenvolvimento democrático global. Contudo, justamente quando essa democracia enraizou-se, novas formas de violência, injustiça, corrupção e impunidade emergiram, impactando sobretudo as camadas mais desfavorecidas da sociedade. Holston (2013) argumenta que nas classes populares, as bases renovadas dos direitos delineados na Constituição confrontam o antigo regime, ao adotar o anonimato como requisito e buscar a equidade como fruto das práticas cidadãs.

Entretanto, em lugar das promessas de êxito que foram feitas, os brasileiros se deparam com uma vivência de cidadania democrática que parece, simultaneamente, se desgastar à medida que se expande. Essa democracia ora demonstra capacidade, ora mostra-se incapaz de preservar a integridade de seus cidadãos e de forjar uma sociedade verdadeiramente justa (Piaia; Cervi, 2017).

Nesse contexto, a proteção dos rios urbanos – e o meio ambiente, de forma geral – é fundamental para garantia da cidadania e dos direitos da população, pois os danos causados ao ambiente, na visão de Paulo Affonso Machado (2014), podem comprometer todos os direitos humanos, sejam os apontados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos ou outros atos que consagraram tais direitos. Nesse entendimento, a democracia está associada a uma compreensão mais abrangente de cidadania, transcendendo o âmbito puramente político. Sua análise e avaliação estão conectadas às intrincadas dinâmicas das conquistas da cidadania em contextos históricos particulares.

Embora a Constituição Brasileira (Brasil, 1988) tenha procurado refletir as pressões da sociedade, integrando tanto a perspectiva da descentralização quanto a da participação social, ela estabeleceu, principalmente, um modelo de democracia representativa. Por meio desse modelo, elegem-se representantes de um grupo de candidatos muitas vezes limitado em termos de opções de mudanças. A democracia participativa, por sua vez, traz consigo maiores oportunidades para incorporar princípios como igualdade, liberdade, diversidade e solidariedade. Ela demanda também um processo de amadurecimento nas mentalidades e nas atitudes de todos os estratos da sociedade brasileira (Wstane, 2013).

Diante disso, Abers (2003) elucida que a simples criação de novos espaços de deliberação pelo Estado não garante, por si só, o engajamento dos membros da sociedade, os quais necessitam perceber que as decisões estabelecidas nesses espaços trarão resultados positivos para os interesses ou questões que consideram fundamentais. É imprescindível, portanto, que os cidadãos participantes compreendam as decisões a serem tomadas como impactantes e pertinentes. Além disso, é crucial que confiem que essas decisões serão respeitadas, ou seja, que o processo decisório seja dotado de credibilidade e transparência.

A Constituição de 1988 legitimou formas coletivas de decisão nas políticas públicas, promovendo a cooperação de associações representativas nos planejamentos municipais e nos projetos de lei de interesse local, especialmente por meio dos conselhos gestores. Nesse sentido, em relação às águas, a Política Nacional de Recursos Hídricos propõe seus fundamentos no primeiro artigo:

I – a água é um bem de domínio público; II – a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico; III – em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais; IV – a gestão de recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades (Brasil, 1997).

Carla Wstane esclarece que a estruturação de políticas participativas no gerenciamento das águas, estabelecida pela Lei 9.433/97 - que promulgou a Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - se concretiza “em três dimensões decisórias: a formulação de princípios e planos de ação; a operacionalização das ações; e o acompanhamento dos processos” (Wstane, 2013, p. 92).

Amália Godoy (2009), ao reavaliar os estudos sobre os aspectos positivos dos conselhos gestores, aponta que grande parte das discussões sobre participação popular destaca suas potencialidades, principalmente no que diz respeito ao processo democrático e ao avanço na construção do fortalecimento local. Contudo, o mesmo estudo aponta avanços insuficientes na efetiva implementação dos conselhos ambientais. A reflexão apresentada pela autora

demonstra que os processos democráticos, mesmo quando institucionalizados, precisam ser constantemente defendidos pelos atores sociais em suas realidades cotidianas. Isso ressalta a importância de mecanismos de sensibilização, mobilização e conscientização dentro dos arranjos dos grupos organizados da sociedade civil.

Ao abordar a gestão participativa das águas na bacia do rio das Velhas, é fundamental destacar o trabalho de vinte e seis anos de engajamento social promovido pelo Projeto Manuelzão. Iniciado em janeiro de 1997, esse projeto teve sua origem na Faculdade de Medicina da UFMG, com o nome de Projeto Rio das Velhas (Wstane, 2013).

Um dos principais mecanismos empregados pelo Projeto Manuelzão é a mobilização de diversos atores provenientes da sociedade civil, do poder público e do setor privado. O objetivo é estabelecer espaços propícios para diálogos e parcerias políticas, reconhecendo a legitimidade dos interesses das partes envolvidas, que buscam discutir a complexidade que envolve a gestão de fenômenos ambientais, sociais e culturais entrelaçados em um contexto territorial de bacias hidrográficas.

A proposta do Projeto Manuelzão pretende redefinir a concepção de território, substituindo a ênfase administrativa municipal pela delimitação territorial das bacias hidrográficas, alinhando-se à Política Nacional de Recursos Hídricos. Ao definir as águas e seus ecossistemas como elementos primordiais nas ações direcionadas à transformação das relações ambientais, sociais e culturais, o Projeto Manuelzão promove uma atuação que prioriza a importância dos rios para o desenvolvimento sustentável e a conscientização coletiva (Lisboa, 2008).

O Projeto Manuelzão considera a qualidade das águas do rio como indicador da qualidade de vida nas áreas ao seu redor. Assim, a reintrodução dos peixes no rio é um dos objetivos operacionais do Projeto, uma ideia que motivou e continua a mobilizar pessoas, instituições e o Governo do Estado de Minas Gerais. Ele enxerga o retorno dos peixes ao rio como o principal indicador de saúde coletiva na região da bacia hidrográfica do rio das Velhas (Wstane, 2021). Valendo-se de abordagens transdisciplinares, reúne uma gama diversidade de profissionais, como biólogos, médicos, engenheiros, geólogos, geógrafos, historiadores, advogados, pedagogos e outros especialistas, todos empenhados em torno desse tema.

Além disso, o Projeto opera de maneira transinstitucional, consolidando e incentivando parcerias contínuas com universidades, escolas de ensino fundamental e médio, órgãos governamentais e não governamentais, empresários e diferentes setores da sociedade civil. Também adota uma abordagem transetorial, promovendo a articulação entre diversas esferas da sociedade para alcançar seus objetivos (Lisboa, 2008; Wstane, 2013).

O Projeto Manuelzão inicialmente enfrentou o desafio de direcionar a atenção da sociedade para o Rio das Velhas, propondo não apenas melhorias nos parâmetros químicos e físicos da qualidade da água, mas também a noção de que melhorar as condições do rio traria melhorias significativas para a vida ao seu redor. Para alcançar seus objetivos, diversas ações foram implementadas, como as Metas 2010 e 2014, que, de maneira geral, registraram progressos notáveis, tais como:

a aprovação do Plano Diretor da Bacia; o fortalecimento do Comitê do rio das Velhas que passou a contar com as Câmaras Técnicas; a formação da Comissão de Integração e Acompanhamento da Meta 2010; o termo de cooperação para a retirada dos esgotos de BH e Contagem; o Plano Municipal de saneamento de Belo Horizonte que aponta prioridades; a implantação e operação das Estações de Tratamento de Esgotos — ETEs Arrudas e Onça que já tratam mais de 60% dos esgotos coletados nas bacias; a Deliberação Normativa 96 do Conselho de Política Ambiental (COPAM) que obriga todos os municípios de Minas Gerais a implantar um sistema de esgotamento sanitário; a Deliberação Normativa 95, também do COPAM, que cria uma série de restrições às obras de canalização em Minas Gerais; a criação dos Subcomitês da bacia do rio das Velhas; e o fortalecimento dos Núcleos Manuelzão; dentre outras iniciativas (Wstane, 2021, p. 92).

As práticas adotadas pelo Projeto Manuelzão, conduzidas em parceria com prefeituras, o estado e a universidade, abrangem a inter-relação entre bacias hidrográficas, saúde coletiva, cidadania, meio ambiente, política e cultura. Isso implica na promoção de temas como participação social, saneamento básico, saúde, cidadania e educação.

Essas ações, fundamentadas na ideia simbólica da “volta do peixe ao rio” como um impulsionador da saúde coletiva, destacam a importância da educação e da cidadania como ferramentas que ampliam a democracia (Wstane, 2013, p. 104). Tais práticas podem apontar para uma mudança na mentalidade dos gestores, empresas e cidadãos, validando a participação das pessoas na formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a gestão das águas na capital mineira.

O Projeto Manuelzão atua na mobilização de diferentes atores, impulsiona iniciativas de resistência e contribui para a formação da identidade dos líderes da bacia do rio das Velhas. Introduce mecanismos descentralizados, praticados pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Velhas) por meio de seus Subcomitês, bem como pelos Núcleos Manuelzão. Esse esforço visa engajar as comunidades que vivem próximas aos córregos urbanos, frequentemente poluídos, negligenciados e invisibilizados (Wstane, 2021).

Dessa maneira, os cidadãos tornam-se agentes ativos que, em seu cotidiano, incluem reflexão, debates e a busca por soluções que possam disseminar a consciência em prol dos rios saudáveis. Uma mentalidade que fomenta a vida e harmoniza os espaços urbanos densamente povoados com os ecossistemas aquáticos, dos quais a cidade depende para

abastecimento, saneamento e outras atividades essenciais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre o desenvolvimento urbano e a natureza, frequentemente analisada de forma fragmentada e resultante da divisão da realidade promovida pela ciência moderna, constitui-se em uma relação permeada por dinâmicas de poder. Portanto, a gestão das águas nas áreas urbanas reflete tanto discursos dominantes quanto alternativos, abraçando a cultura hegemônica que a sustenta. Torna-se necessário compreender até que ponto essa gestão mantém o *status quo* ou, por outro lado, impulsiona transformações e inovações nos comportamentos e discursos da sociedade.

A convivência com rios poluídos, o risco de inundações, doenças e odores desagradáveis são cenários indesejáveis. Somente ao reinventar a forma como percebe-se os rios no imaginário coletivo é que se pode redesenhar novas maneiras de coexistir com os rios vivos e visíveis nas cidades. Isso será possível ao criar espaços para além dos modelos tradicionais de gestão das águas, procurando por elementos em nosso cotidiano que inspirem crenças e atitudes capazes de catalisar mudanças e recuperar as condições dos rios urbanos.

Com o decorrido, constatou-se a importância dos corpos d'água para a sustentabilidade da cidade. Os rios são responsáveis pela segurança hídrica, fornecendo água para múltiplos usos, inclusive econômicos. Além disso, os rios e suas matas ciliares preservadas, desempenham importantes funções ecológicas, como a regulação do microclima urbano, a manutenção dos mananciais, da estabilidade geológica, das espécies nativas e formam corredores ecológicos.

Os cursos d'água da bacia do rio das Velhas que atravessam a Região Metropolitana de Belo Horizonte estão, em sua maioria, canalizados, tampados, poluídos, e muitas vezes confundidos com esgotamento sanitário. Isso os torna invisíveis na paisagem urbana, não reconhecidos pela população, o que dificulta a gestão participativa.

Contudo, o estudo realizado demonstra que existem perspectivas que delineiam um imaginário das águas onde os rios urbanos são encarados como fontes vitais de vida. Esse imaginário tem sido difundido, por mais de vinte e cinco anos, na bacia do rio das Velhas por meio do Projeto Manuelzão e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, buscando transformar a percepção coletiva sobre os rios urbanos.

As ações do Projeto Manuelzão alinham-se à Política Nacional de Recursos Hídricos, que determina a gestão descentralizada e participativa das águas. O Projeto propicia a gestão

participativa por meio dos diversos atores existentes na bacia do rio das Velhas, realizando o monitoramento ambiental dos cursos d'água e seu entorno. Também buscam parcerias com as comunidades locais e instituições para resolução de problemas ambientais.

Os rios urbanos vivos e visíveis tem o potencial de estimular o exercício do dever democrático, possibilitando a adoção de novos métodos de fazer política e de interação entre a comunidade e os cursos de água nas áreas urbanas, pois não trata-se apenas da proteção dos rios, mas da manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado e da qualidade de vida da população urbana e suas futuras gerações.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca. Interesses e ideias em políticas participativas: reflexões a partir dos comitês de bacia hidrográfica e os orçamentos participativos. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 257-290, jan./dez. 2003.

ANDRADE, Liza Maria Souza; ROMERO, Marta Adriana Bustos. A importância das áreas ambientalmente protegidas nas cidades. **XI Encontro Nacional da ANPUR**, Salvador, mai. 2005.

BORSAGLI, Alessandro. **Rios invisíveis da metrópole mineira**. Belo Horizonte: Editora do Autor, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial, Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. **Política Nacional de Recursos Hídricos**. Brasília, 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19433.htm. Acesso em: 10 fev. 2024.

CAPRA, Fritjof. **Ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARDOSO, Adriana Sales. **Desenvolvimento de metodologia para avaliação de alternativas de intervenção em cursos d'água em áreas urbanas**. 2008. Dissertação (Mestrado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos) – Programa de Pós-graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Históricos e Culturais. **Saneamento básico em Belo Horizonte: trajetória em 100 anos – os serviços de água e esgoto**. Belo Horizonte: Roma, 1997.

GODOY, Amália Maria Goldberg. A Governança Pública: Uma Reflexão. In GODOY, Amália Maria Goldberg; DIAS, Maria Helena Ambrósio. **Teoria Econômica Contemporânea: debates e reflexões**. Cascavel: Coluna do Saber, 2009. p. 63-96.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. Fronteiras entre ciências e saberes: arquiteturas do pensamento utópico. **Colóquio Internacional Geocrítica**, Porto Alegre, maio/jun. 2007.

HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LEMOS, Rodrigo Silva. **A integração da gestão territorial a partir da política das águas**. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

LEMOS, Rodrigo Silva; MAGALHÃES JUNIOR, Antônio Pereira. Dinâmica territorial, transformações ambientais e implicações no manancial de abastecimento público da Região Metropolitana de Belo Horizonte – bacia hidrográfica do alto Rio das Velhas, Minas Gerais. **GeoTextos**, Salvador, vol. 15, n. 1, p. 181-204, jul. 2019.

LISBOA, Apolo. **Projeto Manuelzão**: a história da mobilização que começou em torno de um rio. Belo Horizonte: Instituto Guaicuy, 2008.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Estudos de Direito Ambiental 2**. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2014.

PIAIA, Thami Covatti; CERVI, Jacson Roberto. Belo Monte, suas distopias, e a (in)sustentabilidade socioambiental do planejamento energético brasileiro. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 14, n. 30, p. 169-186, set./dez. 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

VARGAS, Marcelo Coutinho. O gerenciamento integrado dos recursos hídricos como problema socioambiental. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, n. 5, p. 109-139, dez. 1999.

WSTANE, Carla. **Gestão das Águas Urbanas**: mobilização social em torno de rios invisíveis. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

WSTANE, Carla. **Parque Ciliar do Ribeirão Onça**: o imaginário das águas urbanas na construção do espaço público comunitário em Belo Horizonte/MG. 2021. 327 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. Belo Horizonte, 2021.